

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 01 de julho de 2019 às 07h42
Seleção de Notícias

Economia & Negócios -Estadão.com | BR

Denominação de Origem

Relembre os principais pontos da negociação entre Mercosul e UE	4
<small>ECONOMIA O ESTADO DE S.PAULO</small>	

28 de junho de 2019 | Denominação de Origem

Em fase final de acordo, UE e Mercosul tentam acomodar interesses de agro e indústria	6
<small>ECONOMIA O ESTADO DE S.PAULO</small>	

O Globo | BR

29 de junho de 2019 | ABPI

Ancelmo Gois	9
<small>ANCELMO GOIS</small>	

29 de junho de 2019 | Desenho Industrial

Saída de designer chefe da Apple marca o fim de uma era	10
<small>ECONOMIA</small>	

Folha de S. Paulo | BR

29 de junho de 2019 | Patentes

Amorim diz temer perdas na área social do Mercosul	11
<small>MERCADO</small>	

Folha.com | BR

29 de junho de 2019 | Direitos Autorais

Fuja de modismos e nichos na hora de montar restaurante temático	12
<small>MPME</small>	

Agência Sebrae de Notícias | BR

28 de junho de 2019 | Marco regulatório | INPI

ASN - Europa é reconhecida como mercado promissor para produtos de Indicações Geográficas brasileiras	14
<small>REDAÇÃO</small>	

Consultor Jurídico | BR

28 de junho de 2019 | Marco regulatório | INPI

Prazo de patentes de remédios mailbox é de 20 anos contados do pedido ao INPI	16
--	-----------

Diário de Pernambuco | PE

29 de junho de 2019 | Denominação de Origem

Mercosul e UE selam acordo comercial	18
<small>MUNDO</small>	

Migalhas | BR

28 de junho de 2019 | ABPI | Luiz Edgard Montauray Pimenta

Migalhas nº 4.632	20
-------------------------	----

MSN Notícias | BR

01 de julho de 2019 | Inovação

Bolsonaro espera que acordo Mercosul-UE entre em vigor em até 3 anos	27
--	----

Teletime News | BR

28 de junho de 2019 | Marco regulatório | INPI

Decreto recria Conselho Nacional de Combate à Pirataria - TELETIME News	29
---	----

Relembre os principais pontos da negociação entre Mercosul e UE

ECONOMIA



Yves Herman/Reuters

Acordo de livre-comércio entre UE e Mercosul ainda encontra resistências.

Acordo foi firmado depois de 20 anos de conversas entre os dois blocos

Desde sua criação, em 1991, o Mercosul - formado hoje por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela - já ensaia uma parceria comercial com os 28 países da União Europeia. As negociações, que começaram oficialmente em novembro de 1999, finalmente chegaram a um acordo comum, durante as reuniões entre ministros de ambos os blocos que começaram nesta quinta-feira, 27, e terminaram nesta sexta, 28, em Bruxelas.

> Acerto político UE-Mercosul é possível, mas ratificar acordo é mais

O governo brasileiro foi representado pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina; o chanceler Ernesto Araújo; e o secretário especial de comércio exterior, Marcos Troyjo.

Este é o mais ambicioso tratado do Mercosul desde sua criação - o mercado europeu correspondeu a US\$ 42 bilhões da exportação brasileira em 2018, atrás apenas da China.

Relembre os principais momentos dessas duas décadas de negociações entre o Mercosul e a União Eu-

ropeia:

1992 - Acordo de Cooperação Internacional

Em 1992, o Brasil e o Mercosul assinam um termo de cooperação comercial com os países da União Europeia. Três anos depois, o Acordo é aprovado pelo Congresso brasileiro e entra em vigor, prevendo uma cooperação econômica, científica, técnica e financeira de ambas as partes.

1999 - Início da relação entre Mercosul e UE

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a UE e o Mercosul começam a ensaiar um tratado de livre-comércio entre ambos os blocos, durante cúpula que seria realizada no Rio de Janeiro em junho do ano seguinte. Desde esse primeiro momento, já fica claro o entusiasmo dos países sul-americanos com a possibilidade de entrar no mercado agropecuário europeu.

2004 - O primeiro impasse

Cinco anos após o início das negociações é feita a primeira oferta de acordo e, consequentemente, surge o primeiro impasse. O principal ponto de conflito é a Política Agrícola Comum (PAC) da UE, que protege a produção agrícola dos países europeus. Estes, por sinal, temem a possível competitividade dos países americanos e se opõem à liberalização do setor.

Paralelamente, a América do Sul passa pelo início de um longo período da esquerda no poder, com as presidências de Lula, no Brasil, e Néstor Kirchner, na Argentina. Com isso, o foco do Mercosul se volta para o fortalecimento de uma política externa entre os países do próprio bloco.

2010 - A retomada

Continuação: Relembre os principais pontos da negociação entre Mercosul e UE

Em Madri, a Cúpula Mercosul-UE retoma as negociações, assumindo o compromisso de uma cobertura "próxima a 90%" do comércio entre os blocos. Dessa vez, permanece o impasse no setor agrícola, enquanto o bloco europeu é pressionado pelos produtores franceses, que temem o preço e a velocidade de produção da carne americana.

2016 - Troca oficial de ofertas

Durante uma semana de negociações em Bruxelas, tanto o Mercosul quanto a UE oficializam suas ofertas para a abertura comercial de seus mercados pela primeira vez desde 2010. Ambos os lados passam semanas discutindo e entendendo as propostas setoriais e gerais de cada bloco, mas, apesar do interesse mútuo, nenhum acordo chega a ser finalizado.

2018 - Mais negociações e anúncio de acordo

Representantes dos dois blocos passam grande parte de 2017 revendo ambas as ofertas e esbarrando em pontos de discórdia, como a pouca abertura da Europa aos produtos agrícolas e ao etanol da América do Sul. Outro fator decisivo foi a demanda europeia acerca de laticínios e vinhos, exigindo que termos co-

mo 'queijo brie' e 'gorgonzola' não fossem usados pelos países do Mercosul. O argumento é que esses produtos teriam **indicações** geográficas atreladas ao seu valor. Um exemplo é o champanhe, que só poderia levar esse nome se viesse especificamente da região de Champagne, na França .

No mesmo ano, é anunciado um acordo para 2018, que é posteriormente adiado, em partes pelo fim do mandato de Michel Temer e seu envolvimento em acusações de corrupção.

2019 - Aceno positivo da França

Depois de anos sob a pressão de seus produtores agrícolas, a França decide ceder aos pedidos do Mercosul e aumentar a sua cota de importação da carne americana de 70 mil para 100 mil toneladas por ano. Após a posse de Jair Bolsonaro e a promessa de mais estabilidade institucional no Brasil, novas reuniões são marcadas para junho, com a intenção de formalizar acordo entre os bloco.

Em fase final de acordo, UE e Mercosul tentam acomodar interesses de agro e indústria

ECONOMIA



Olivier Hoslet/EFE

O ministro Ernesto Araújo se encontrou com a chefe da diplomacia da Eupa, Federica Mogherini, em Bruxelas.

Ministros brasileiros estão em Bruxelas na tentativa de alcançar um desfecho positivo depois de 20 anos de negociação

> Após 20 anos, Mercosul e UE podem finalmente fechar acordo; lembre pontos principais

Em um momento tido como o mais próximo da conclusão de um acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE), os dois blocos buscam, em decisões políticas de primeiro escalão, acomodar os interesses dos setores agrícola e industrial em ambos os lados da mesa para alcançar um desfecho positivo após 20 anos de negociação.

Nesta sexta-feira, 28, autoridades se reúnem em nível ministerial na sede da Comissão Europeia, em Bruxelas, sinalizando que, na mais recente rodada de conversas de negociadores especializados e diplomatas, entre 20 e 25 de junho, se avançou até o limite da convergência em nível técnico.

Entre quem acompanha o assunto, a visão otimista é de fazer os últimos acertos políticos agora e levar o documento para assinatura durante a reunião do G-20, que ocorre até este sábado, 29, em Osaka, no

Japão. Outra possibilidade seria anunciar ainda nesta sexta, em Bruxelas, uma outra data em que o acordo possa ser assinado.

Liderando a comitiva brasileira na capital belga estão os ministros de Relações Exteriores e da Agricultura, Ernesto Araújo e Tereza Cristina, respectivamente, e o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo. A reportagem do Estadão/Broadcast tem procurado as pastas ao longo dos últimos dias para saber o resultado das conversas realizadas até agora, mas a etapa sensível das tratativas impõe discrição às autoridades.

"Para ter chegado a uma decisão ministerial, é porque a situação está adiantada", diz o professor de pós-graduação em Negócios Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), José Luiz Pimenta Junior. "Isso dá otimismo."

Há, porém, quem já tenha visto outros momentos de "quase lá" ao longo das duas décadas de tratativas bir-regionais e, por isso, recomenda precaução.

"Tendo em conta a importância de se chegar a um acordo, questiono se há algum tipo de plano B para o caso de que, uma vez mais, ele não seja assinado", aponta o diretor do Instituto de Comércio Internacional da Fundación ICBC, Felix Peña, que participou dos primeiros anos de negociação entre Mercosul e UE como subsecretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia da Argentina e, depois, consultor externo.

Nesse plano B, esclarece Peña, poderia haver abertura comercial de "muito menos" de 90% do comércio bilateral - atualmente em torno de US\$ 90 bilhões anuais -, como falado em Bruxelas, "mas que ainda fosse um passo adiante na construção de uma

Continuação: Em fase final de acordo, UE e Mercosul tentam acomodar interesses de agro e indústria

associação estratégica entre as duas regiões".

Pendências

Boa parte dos itens pendentes nesta atual aproximação gira em torno da abertura do mercado europeu às exportações agrícolas do Mercosul, notadamente às do Brasil. "A cota de carne de frango já estaria até praticamente finalizada. As cotas tarifárias de carne bovina, etanol e açúcar entraram na pauta política. Vão ficar para decisão dos ministros", comenta Pimenta Junior, da ESPM.

Uma fonte que acompanha as negociações afirmou que o segmento de proteína animal brasileiro enfrenta não só a resistência de países com agropecuária fortemente subsidiada, mas, também, questionamentos na seara fitossanitária. "A Operação Carne Fraca foi encerrada há dois anos e ainda falam disso", relatou.

Por outro lado, a eventual mudança na nomenclatura de lácteos nacionais, que utilizam padrões europeus, e a menor tributação na importação desses produtos do bloco europeu estão "bem encaminhadas", ainda segundo a fonte. O segmento de vinhos no Brasil é outro em que Bruxelas busca, ao mesmo tempo, maior acesso e **indicações** geográficas mais rigorosas.

No entanto, é no setor industrial que o Mercosul fica mais na defensiva. Como nesta fase as decisões são tomadas pelo primeiro escalão dos Executivos dos blocos, e não mais dentro de aspectos técnicos de cada capítulo do documento, cabe às autoridades políticas acomodar os interesses usando como moeda de troca demandas ainda em aberto.

Os produtores sul-americanos de manufaturados seriam protegidos com um período de "desagravação" relativo à importação de bens industriais europeus, em um período de transição que poderia se estender por 15 anos para se adaptar à tarifa zero em produtos que hoje têm cobrança adicional de cerca de 30% a

35%.

Segundo Pimenta Junior, é vontade do Brasil incluir também no acordo o regime aduaneiro especial chamado drawback, que consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em um produto exportado, apesar de a questão ser vista como "sensível" por Bruxelas.

O professor de economia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Jackson Bittencourt comenta que Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai precisam consentir em torno de uma política industrial única para que o Mercosul se insira nas cadeias globais de valor. Para ele, a inserção nessas cadeias "vai exigir que a gente agregue mais valor aos produtos e tenha mão de obra mais qualificada".

O agronegócio do velho continente, por sua vez, teria guarida em cotas tarifárias - para a carne bovina, por exemplo, a cifra de 100 mil toneladas por ano é aventada como o limite que os europeus aceitariam importar com tarifa reduzida ou zerada dos pecuaristas do Mercosul.

"Pode ter vários arranjos: cota tarifária, desgravação maior para determinado produto, tarifa específica", enumera Pimenta Junior, da ESPM. "Não dá para falar se 100 mil toneladas é muito ou pouco. Mas tem que ser factível."

Apoiadores e detratores

Para além do cabo de guerra de setores individuais das economias envolvidas, a proximidade de uma conclusão do acordo de livre-comércio divide opiniões também nas capitais nacionais e na sociedade civil da UE.

Há uma semana, sete chefes de governo de Estados membros do bloco, entre eles Angela Merkel, da Alemanha, Pedro Sánchez, da Espanha, e António Costa, de Portugal, enviaram uma carta ao presidente da Co-

Continuação: Em fase final de acordo, UE e Mercosul tentam acomodar interesses de agro e indústria

missão Europeia, Jean-Claude Juncker, pedindo que se apresente uma proposta "balanceada e razoável" ao Mercosul "que possa pavimentar o caminho para a conclusão do acordo" em breve.

Entidades como a Confederação das Empresas Europeias, conhecida como BusinessEurope, e a Associação das Câmaras de Comércio e Indústria Europeias (Eurochambres) também manifestaram publicamente o seu forte apoio a um desfecho positivo das negociações.

Associações agrícolas do continente vão no caminho contrário e, recentemente, se ampararam na carta aberta divulgada por mais de 340 organizações não-governamentais urgindo o bloco a "interromper imediatamente" as tratativas comerciais como forma de usar sua influência para evitar um "agravamento da situação de direitos humanos e ambiental no Bra-

sil" sob o governo do presidente Jair Bolsonaro.

Uma das vozes mais poderosas do bloco europeu, o presidente da França, Emmanuel Macron, é visto como um dos principais empecilhos à assinatura do acordo com o Mercosul, tanto pelo forte protecionismo ao agronegócio francês como pela imagem de líder no combate às mudanças climáticas.

No entanto, comenta-se em Bruxelas que, no "toma lá, dá cá" à la União Europeia, Macron poderia ceder na frente do comércio para ser recompensado de outra forma, como a nomeação de um francês para assumir a presidência da Comissão Europeia em novembro.



ANCELMO GOIS

Com Ana Cláudia Guimarães, Nelson Lima Neto e Tiago Rogério
oglobo.com.br/ancelmo E-mail: coluna.ancelmo@oglobo.com.br Fotos: fotoancelmo@oglobo.com.br

A nada fácil vida bandida

Lembra-se daquele bandido Max Gadêlha, que tentou em janeiro assaltar Polyana Viana e terminou tomando uma surra daquelas, já que a vítima é simplesmente lutadora de UFC? O facinora — que, na ocasião, levou dois socos, um chute e acabou imobilizado com um mata-leão — foi condenado pela tentativa de assalto pelo juiz Marco Couto, da 1ª Vara Criminal de Jacarepaguá, a dois anos e oito meses de prisão. Bem feito.

Segue...

Em tempo: a “arma” usada por ele era feita de papelão.

‘Caça aos marimbondos’

Marcelo Bretas, juiz da Lava-Jato carioca, recebeu esta semana uma comitiva de angolanos que incluía militares, agentes do Serviço de Inteligência e do Ministério Público. Querem implementar no país uma Lava-Jato para apurar possíveis crimes de corruptos — lá, eles chamam de “marimbondos”.

Exportamos corrupção...

Aliás, a Odebrecht, sempre ela, já confessou por aqui que deu US\$ 20 milhões a um ministro angolano, cujo nome até agora não foi revelado.

Do presídio para escola

A Escola Suíço-Brasileira, na Barrinha, recebeu várias ligações há três semanas de bandidos pedindo dinheiro para não atacarem o colégio.

A direção comunicou à polícia e ao Consulado Suíço. O caso foi solucionado pela Draco, que constatou tratar-se de golpe que vinha de dentro de um... presídio.

C'est si bon

A primeira gravação do querido Matheus Nachtergaele como cantor é um dos destaques do novo álbum da compositora e escritora Beatriz Azevedo, da Biscoito Fino. Ele canta em francês a música “Reveiller”, de Vinícius Cantuária e Beatriz. O disco ainda tem canções especiais de Moreno Veloso e Zélia Duncan.



MULHERES NEGRAS CONTANDO A PRÓPRIA HISTÓRIA

Dos três livros mais vendidos na Flip em 2018, dois eram de uma escritora negra: Djamilia Ribeiro (“O que é lugar de fala?” e “Quem tem medo do feminismo negro?”). Agora, outra intelectual negra, uma carioca, lançará na Flip o seu primeiro livro: Giovana Xavier, mãe, ativista, historiadora e professora da UFRJ. O nome da obra brinca com aquele “meme” de Bela Gil: “Você pode substituir Mulheres Negras como objeto de estudo por Mulheres Negras contando sua própria história”, pela editora Malê. Giovana, que também é uma

influencer no Instagram (@PretaDatora), foi a idealizadora daquela campanha, em 2016, que exigia autoras negras na Festa Literária de Paraty — a edição daquele ano não teve nenhuma. Aliás, outra estrela negra da edição deste ano da Flip será a escritora portuguesa Grada Kilomba. Logo após o evento, ela virá ao Rio para participar da Flip-Flip, um encontro da festa de Paraty com a das Periferias. Será em 15 de julho, no Museu de Arte do Rio — MAR, com mediação da coleguinha Flávia Oliveira. Sucesso!



delas. Eu acho que tudo é transitório e acredito que, dentro de meus limites, posso fazer diferente pela cidade. Quando há uma rachadura em nossa casa, antes de nos mudarmos tentamos consertá-la. Como tenho a noção de que a História é cíclica, tenho fé de que iremos cuidar melhor dela.

LOS ‘HERMANOS’

Ontem, após a vitória da Argentina sobre a Venezuela no Maracanã, pela Copa América, torcedores do país de Messi lotaram os vagões femininos do metrô, por volta das 18h — horário de pico, portanto.

A novela do Moura Brasil

Sabe aquele terreno fantasma na Marquês de São Vicente, na Gávea, onde funcionou o antigo Laboratório Farmacêutico Moura Brasil? Há quase uma década foi comprado pelo supermercado Mundial, como se sabe, que queria montar ali uma filial, mas a legislação não permite. Pois bem. O projeto de lei que autoriza a construção de prédios e de um parque no terreno, apresentado há um ano, recebeu parecer favorável de todas as comissões da Câmara Municipal. Com isso, pode ser colocado à votação em agosto. Ufa!

Qual a sua sugestão?

Para dar mais transparência ao processo de escolha das emendas parlamentares disponibilizadas pela Câmara, o deputado Marcelo Calero abriu ontem edital público para a escolha dos projetos que seu mandato irá investir para 2020. Cada deputado pode destinar aproximadamente R\$ 15 milhões do orçamento federal para emendas. Aceita uma sugestão a minha? A recuperação do Museu Nacional ou do Pontal.

‘O menestrel de Alagoas’

O CPDOC, da FGV, acaba de receber o acervo pessoal de Teotônio Vilela (1917-1983), o senador alagoano que ficou conhecido pela luta a favor da redemocratização do Brasil. Após a instauração do AI-5, em dezembro de 1968, pela ditadura militar, Teotônio viajou pelo país denunciando a repressão dos militares no poder. Em 1983, ele foi homenageado por Milton Nascimento e Fernando Brant com “O menestrel das Alagoas”, um dos hinos da campanha pelas Diretas Já. Uns versos: “Quem é esse viajante/Quem é esse menestrel/Que espalha esperança”.



ZONA FRANCA

PRESIDENTES do TRF-Rio, o desembargador Reis Friede, e do ISFCS, Manoel Meirinho Martins, firmaram cooperação técnica-científica e cultural entre a instituição portuguesa e a Emarr.

MARIANA Müller lança “Um novo par”, hoje, às 16h, na Travessa de Ipanema.

ACOLHER de Pau, brigaderia de Lucy Kaner, comemora 45 anos e quer expandir a marca com parceiros.

RIO CRICKET, dirigido por Marcos Flávio Cortes, festeja 147 anos com Duo Carvello e Taryn Szpilmán & Jazz Gang, no dia 24 de agosto.

ARMAZÉM do Café festeja, no dia 7, seus 22 anos.

ANTONÍO Pitanguy participará de congresso dos ex-Alunos do professor Ivo Pitanguy, dia 5.

O CONGRESSO Internacional da ABPI, em agosto, no Rio, debaterá o novo mercado da cannabis medicinal e a sua regulação.

O PSIQUIATRA Licínio Ratto festejou 50 anos da Casa de Saúde Saint Roman.

Saída de designer chefe da Apple marca o fim de uma era

ECONOMIA

Profissional participou de quase todos os projetos, do iMac à nova sede

SÉRGIO MATSUURA

Após quase três décadas na Apple, Jony Ive, designer chefe da gigante de tecnologia, deixará a companhia para abrir sua própria firma. O anúncio foi feito em tom de lamento na noite de quinta-feira. Considerado o maior designer industrial do mundo, Ive é apontado como um dos principais responsáveis pela reinvenção da Apple, após o retorno de Steve Jobs. Participou de praticamente todos os projetos da empresa, do iMac à nova sede da companhia, em Cupertino, na Califórnia, e sua saída marca o fim de uma era.

Nascido na Inglaterra, Ive entrou na Apple em 1992. Cinco anos depois, foi convidado por Jobs para assumir a vice-presidência de **design** industrial, dando início a uma das mais bem sucedidas parcerias da história da indústria.

Desde o início, o foco não era apenas reconquistar o prestígio e o balanço financeiro da companhia, mas ditar o padrão em design para a indústria de tecnologia.

Depois do iMac, a dupla trouxe o iPod. Em 2007, eles apresentaram o iPhone, criando uma nova categoria de produto, que transformou a Apple numa das maiores e mais valiosas companhias do mundo. Três anos

depois, o iPad deu início ao mercado de tablets. Jobs deixou o comando da companhia em agosto de 2011 e, dois meses depois, morreu devido a um câncer pancreático. Coube a Ive manter o legado da parceria.

MAC PRO SERÁ FEITO NA CHINA

Ive se dedicará a uma empresa própria, a LoveFrom, que terá a Apple como cliente.

Logo após o anúncio da saída, em negociações após o fechamento da Bolsa, as ações da Apple caíram mais de 1%, o equivalente a US\$ 9 bilhões em valor de mercado. Ontem, os papéis fecharam com recuo inferior a 1%, cotados a US\$ 197,92.

Ontem, apesar da escalada das tensões comerciais entre os EUA e a China, a Apple anunciou que vai transferir para o país asiático a produção do novo Mac Pro, o único produto da marca que era fabricado em território americano, informaram fontes ao "Wall Street Journal". O computador será produzido numa fábrica da Quanta Computer perto de Xangai, onde estão outros fornecedores da companhia. Dessa forma, fica mais barato para a Apple exportar a máquina pronta a partir da China do que transportar os componentes para montagem nos EUA.

A Quanta não comentou. E um porta-voz da Apple destacou que a engenharia e o design do novo Mac Pro foram feitos nos EUA, e que os produtos da marca possuem componentes americanos.

Amorim diz temer perdas na área social do Mercosul

MERCADO

Fator político pode ter acelerado o ritmo das tratativas, afirmam especialistas

Ivan Martínez-Vargas

Nicola Pamplona

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO O ritmo das negociações do acordo entre o Mercosul e a União Europeia foi acelerado por fatores políticos como a troca de comando na Comissão Europeia e a eleição argentina deste ano, segundo especialistas.

"Preocupa-me o fato de o acordo ter sido fechado em um momento em que Brasil e Argentina estão com grande fragilidade e vulneráveis a aceitar qualquer tipo de tratado para dizer que conseguiram alguma coisa", diz o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (governo Lula).

A comissária europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, disse que o ritmo das negociações se acelerou após a posse de Jair Bolsonaro.

"Temo que Brasil e Argentina possam ter abdicado de políticas importantes na área social, como a questão de patentes para medicamentos."

Uma das demandas da UE era que os países do Mercosul não quebrassem **patentes** por cinco anos após o registro, o que poderia prejudicar o setor farmacêutico nacional que produz genéricos.

Para Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington e presidente da Abitrigo (associação da indústria do trigo), a troca de comando no braço executivo da UE também pode ter influenciado no ritmo das tratativas.

Barbosa vê o acordo como marco histórico para o Mercosul e um contraponto aguerra comercial entre EUA e China.

"A UE é um bloco importante, nosso segundo parceiro comercial. O acordo põe fim a um isolamento comercial de 20 anos. Nesse período, só fizemos tratados com Egito, Israel e Autoridade Palestina." A implementação do acordo, segundo ele, deverá demorar ao menos um ano e meio.

Apesar do significado, porém, o tratado representa desafios para a economia brasileira, segundo Barbosa.

"Para ter um comércio dinâmico, é preciso melhorar a competitividade dos produtos brasileiros, o que só será possível depois de eliminarmos as ineficiências, desburocratizarmos o país e reduzirmos o chamado custo Brasil."

O acordo aumenta a pressão sobre industriais brasileiros para o ganho de eficiência, diz o ex-ministro da Fazenda e ex-secretário da Unctad (agência de comércio e desenvolvimento da ONU) Rubens Ricupero.

"Na área agrícola é o contrário. Mesmo que o acordo seja limitado, nesse setor tendemos a ganhar", diz. Para ele, a demora nas negociações indica que o que se conseguiu "é o limite do possível".

"No caso de agrícolas, recebemos concessões de tarifa para produtos que são do nosso interesse, mas aceitamos as cotas, o que é um ganho para nós", diz Barbosa.

Fuja de modismos e nichos na hora de montar restaurante temático

MPME



Ambiente ajuda a atrair fãs e curiosos, mas qualidade é fundamental para fidelizar clientes

Unir uma paixão pessoal a uma oportunidade de negócio e montar um café, restaurante ou bar temático pode, à primeira vista, parecer perfeito. Se for bem-sucedido, o empreendimento tem chances de se tornar um ponto de visitação de fãs do assunto e atrair curiosos.

Para que dê certo, porém, é preciso tomar alguns cuidados, a começar pela escolha do tema. Se for muito de nicho, como por exemplo, um bar dedicado a um clube de futebol, acaba afastando uma parcela grande do público, afirma Hugo Roth, analista do Sebrae.

Também é preciso avaliar se o tema é apenas um modismo, e não uma tendência com potencial para durar.

"Quem aposta tudo em algo que está fazendo bastante sucesso agora, mas que é passageiro, corre o risco de abrir um negócio que não vai durar tempo suficiente nem para recuperar o dinheiro investido."

Uma vez escolhida a temática, é necessário ter atenção aos detalhes. "Tudo no local precisa estar de acordo com o tema: do cardápio aos móveis, passando pelas paredes e janelas", afirma Roth.

Ao abrir no ano passado o restaurante Vassoura Quebrada, inspirado na saga do bruxinho Harry Potter, Otávio Amâncio de Oliveira Júnior, 27, e seus quatro sócios, transformaram o espaço numa taverna semelhante às frequentadas pelos personagens dos livros e dos filmes.

Há dezenas de objetos que remetem à série, como capas e chapéus que os clientes podem vestir para tirar fotos. Assim que as pessoas se sentam à mesa, recebem uma varinha para chamar um dos garçons vestidos de bruxos.

O cardápio também é inspirado em bruxos. Há, por exemplo, uma "cerveja espumosa", um milk shake com sorvete de creme, canela, noz-moscada e açúcar mascavo, que lembra a cerveja amanteigada da história de Potter.

A casa, na zona oeste de São Paulo, não faz, no entanto, menções diretas à história criada por J.K. Rowling.

Quem quer adotar produtos da cultura pop como tema do espaço precisa tomar cuidado com os **direitos** autorais: para usar os nomes das franquias precisa entrar em contato com as empresas responsáveis e pagar pelos direitos.

"Isso costuma ser bastante caro, mas, sem isso, o empresário corre risco de ser processado e ter o estabelecimento fechado", diz Roth, do Sebrae.

Só o clima é suficiente para atrair fãs da série, diz Otávio. "Já vimos pessoas que choraram quando entraram aqui porque também cresceram com essas histórias. Mas tem também gente que só vem para comer um hambúrguer", afirma o empresário.

Há cerca de dois meses, o Vassoura Quebrada passou

Continuação: Fuja de modismos e nichos na hora de montar restaurante temático

a funcionar, além de todas as noites, dois dias no horário do almoço, às quintas e às sextas-feiras. A ideia é diversificar o público e aproveitar o movimento de pessoas que trabalham nos arredores.

Um estabelecimento temático pode ter também um tema mais abstrato. Depois de 35 anos lecionando na USP, o doutor em física Alvaro Vannucci, 64, resolveu empreender e descobriu uma nova forma de divulgar a ciência pela qual é apaixonado.

As leis da física são o atrativo do Physics Café, espaço que inaugurou em abril deste ano na zona oeste de São Paulo.

O lugar é cheio de experimentos. Há ali, por exemplo, um tubo com duas hastes metálicas sob tensão de 12 mil volts - dá para ver a descarga elétrica por meio de uma faísca que percorre a estrutura.

Bolas penduradas por fios parecem dançar sozinhas, mas são controladas por cordões que produzem oscilações. Máquinas que lembram passarinhos bebendo água funcionam, na verdade, graças a um sistema de troca de calor.

Na maior parte do tempo, Alvaro está no Physics Café, sempre pronto para explicar a lógica por trás de seus aparelhos. Apesar de a física ser o pesadelo de muita gente na escola, o professor aposentado diz que o assunto pode ser, sim, muito interessante.

"O objetivo é fazer todo mundo sair daqui com um

sorriso no rosto", afirma.

Por enquanto, o cardápio do Physics Café conta com café, salgados e doces. Em breve, deve incluir opções de bebidas com nomes inspirados em fenômenos da física.

O primeiro produto da nova leva já foi batizado: o Efeito Doppler, usado para explicar a mudança na percepção de sons, deve nomear uma mistura de café e creme de avelã.

Alvaro também aluga as demais salas do imóvel onde está o café para palestras e aulas de física, matemática e química - é ele mesmo quem indica os professores.

Esse entusiasmo pelo tema é essencial para o futuro do negócio, de acordo com Hugo Roth, do Sebrae. "E não basta vir só do dono: os funcionários têm que compartilhar da paixão, para entregar aos clientes uma experiência que corresponda às expectativas."

E, é claro, além de tudo isso é preciso investir naquilo que todo restaurante ou bar deve entregar: um bom produto. "Muita gente vai a esses espaços diferentes uma vez só, pela curiosidade. Mas o que faz essas pessoas voltarem? No fim das contas, estamos falando de bons produtos e bons preços", diz Roth.

ASN - Europa é reconhecida como mercado promissor para produtos de Indicações Geográficas brasileiras

IG

O Workshop realizado pelo Ministério da Agricultura e Sebrae, durante dois dias, discutiu o reconhecimento de **Indicações** Geográficas na União Europeia

A Europa continua sendo um mercado promissor para os produtos provenientes das **Indicações** Geográficas (IG) brasileiras, segundo avaliação dos especialistas que participaram do workshop realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em parceria com o Sebrae, o **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**), o Ministério da Economia e a Delegação da União Europeia no Brasil. No encontro, encerrado nesta terça-feira (25), gestores, produtores e representantes de diversos órgãos públicos discutiram o processo de reconhecimento das IG pelo mercado europeu.

Segundo o chefe da Divisão de Inovação e **Propriedade** Intelectual da Subsecretaria de Inovação do Ministério da Economia, Miguel de Carvalho, na Europa o preço dos produtos oriundos das IG é 2,23 vezes superior ao daqueles sem essa classificação. "Hoje os melhores mercados são o francês, português, espanhol e italiano e a Europa é um destino promissor para o Brasil", observa Carvalho, um dos integrantes do governo brasileiro que negocia acordos com a União Europeia. Ele, no entanto, aponta alguns desafios para o setor, como as regras sanitárias, a rastreabilidade e o sistema de controle dos produtos.

"O aspecto sanitário é o que dá acesso ao mercado", concorda Rafael Mafra, diretor do Departamento de Sanitários e Fitossanitários do MAPA. "É possível que se tenha a IG reconhecida na Europa, mas os produtores podem não conseguir exportar por causa desse aspecto", explica. Esse é um dos motivos pelos

quais os produtos lácteos dificilmente têm acesso aos mercados da Comunidade Europeia. Porém, o Brasil continua sendo um dos grandes exportadores mundiais de alimentos não processados, entre outros produtos, segundo Vinicius Estrela, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex).

Para Lucas Alckmin, diretor da CooperRita, uma das cooperativas de produtores vinculadas à Indicação de Procedência (IP) Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais, a qualificação das **Indicações** Geográficas também ajuda no aumento das exportações. "O Sebrae ajudou na capacitação dos produtores e com essa parceria cumprimos diversas etapas, até podermos comercializar em feiras e chegar à exportação", explica Alckmin. "Apostamos nos cafés especiais, focamos na qualidade e, desde 2011, estamos vendo uma grande evolução", ressalta o produtor cuja cooperativa exporta para vários países, entre eles a China, Alemanha, Austrália e Nova Zelândia.

Tomando como exemplo alguns casos ocorridos na Europa, a especialista portuguesa Ana Soeiro alertou para alguns procedimentos que podem prejudicar a atuação de uma IG e afetar todo o agrupamento de produtos. "É importante fazer o acompanhamento não só do desempenho econômico, como também evitar as fraudes", afirma Ana, dando como exemplo a mistura de produtos de qualidade duvidosa com os provenientes das IGs. Outra observação da perita é a comercialização eletrônica irregular. "Dificilmente uma indicação vai deslanchar ou fortalecer se não combater as fraudes", observa o diretor executivo do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac), Carlos Lima.

"O encontro foi importante para fortalecermos as parcerias entre as instituições que estão à frente desse te-

Continuação: ASN - Europa é reconhecida como mercado promissor para produtos de Indicações Geográficas brasileiras

ma no Brasil, como o MAPA, Sebrae, **INPI**, Ministério da Economia e a Apex", afirmou a especialista do Sebrae, Hulda Oliveira Giesbrecht. "A próxima etapa, agora, é se definir as políticas para desenvolver as **Indicações** Geográficas brasileiras, considerando a criação de um selo para facilitar a comunicação com o mercado e a elaboração de uma lei específica para as IG no Brasil", acrescenta a ana-

lista. O seminário fez parte do Projeto Diálogos Setoriais, financiado pela Comunidade Europeia.

Assessoria de Imprensa Sebrae

Telefone (61) 3348-7570 / (61) 3348-7754

Prazo de patentes de remédios mailbox é de 20 anos contados do pedido ao INPI

DECISÃO DO TRF-2

O prazo de validade das patentes mailbox - regime especial válido exclusivamente para remédios e produtos agroquímicos - é limitado a 20 anos, contados da data do depósito do pedido no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**).

TRF-2 analisou IRDR sobre patentes de remédios e agroquímicos.

Essa foi a tese firmada nesta quinta-feira (27/2) pela 1ª Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES) ao julgar incidente de resolução de demanda repetitiva (IRDR) apresentado pelo Trinity College, universidade sediada em Dublin, Irlanda. A instituição pretendia convencer os julgadores a mudar o entendimento que já vinha sendo adotado pela corte e que, no entanto, agora foi confirmado.

O colegiado negou o argumento dos laboratórios, que defendem a vigência da exclusividade de produção e comercialização desses produtos por 10 anos, calculados da data da concessão da patente. Na prática, por conta da demora do **INPI** em analisar os pedidos de patente, a mudança de entendimento beneficiaria grandes indústrias farmacêuticas, possibilitando a extensão do prazo de proteção para além dos vinte anos previstos na Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996).

Com a decisão, o TRF-2 define orientação que deverá ser seguida em todos os processos que tratem do mesmo tema na Justiça Federal do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Este foi o primeiro IRDR julgado pela 1ª Seção Especializada. O instrumento, que serve para a unificação de entendimento sobre demandas idênticas em segundo grau de jurisdição, foi instituído pelo Código de Processo Civil de 2015.

O caso começou com uma ação ajuizada pelo **INPI**

pedindo a declaração de nulidade de uma patente de uma vacina viva para combater infecção por estreptococos (um gênero de bactérias) em cavalos. O registro havia sido concedido ao Trinity College pela própria autarquia, que decidiu rever administrativamente a validade de centenas de registros mailbox. A 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro concedeu antecipação de tutela ao **INPI**. Contra essa medida, a instituição irlandesa recorreu ao TRF-2, que manteve a decisão de primeiro grau. Por conta disso, o Trinity College suscitou o IRDR.

Origem da controvérsia

A antiga lei de propriedade industrial (Lei 5.772/1971) vetava o patenteamento de remédios e produtos agroquímicos. A regra mudou em 1994, quando o Brasil aderiu ao acordo TRIPS (em português, Acordo sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade** Intelectual Relacionados ao Comércio), firmado em um encontro realizado naquele ano no Uruguai. Na oportunidade, foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nas negociações, os países signatários se comprometeram a manter regras de proteção para esses produtos, o que, no Brasil, materializou-se com o Decreto 1.355/1994. Dois anos depois foi sancionada a nova Lei de Propriedade Industrial, que, retroativamente, garantiu a patenteabilidade de medicamentos depositados no **INPI** entre o início da vigência do Decreto 1.355/1994 e o da atual LPI, ou seja, entre 1º de janeiro de 1995 e 14 de maio de 1997, criando a categoria mailbox.

Nas ações judiciais, as empresas farmacêuticas costumam basear os argumentos no parágrafo único do artigo 40 da nova lei, que prevê o prazo mínimo de dez anos de vigência da patente, a contar da data de concessão.

Continuação: Prazo de patentes de remédios mailbox é de 20 anos contados do pedido ao INPI

Mas, no entendimento unânime dos julgadores da 1ª Seção Especializada, essa contagem não se aplica às patentes de medicamentos mailbox, já que o artigo 229 da LPI ordena que o cálculo do prazo, para esses produtos, seja feito a partir da "data efetiva do depósito do pedido no Brasil ou da prioridade, se houver, assegurando-se a proteção a partir da data da concessão da patente, pelo prazo remanescente a contar do dia do depósito no Brasil, limitado ao prazo previsto no caput do artigo 40". O caput desse artigo determina a vigência da patente de invenção pelo prazo de 20 anos.

Interesse público

Em seu voto, o relator do IRDR, desembargador federal Ivan Athié, ressaltou a necessidade de fixação de uma tese jurídica sobre o problema e destacou que a interpretação da norma deve "resguardar prioritariamente o interesse público, em detrimento do particular". O magistrado rebateu o argumento de que o Judiciário federal estaria quebrando a isonomia em relação ao tratamento dado à questão pelos demais países da OMC, já que "escritórios de patentes

de outros Estados membros, correspondentes ao **INPI**, também adotam critérios que estabelecem a precedência do interesse coletivo".

Athié, citando o parecer do Ministério Público Federal, ponderou que a dificuldade do **INPI** em analisar os pedidos de patente com rapidez não serve de justificativa para beneficiar a indústria farmacêutica: "O ônus da mora não pode ser transferido para a sociedade", alertou.

Concluindo, o relator lembrou que os laboratórios contam com a proteção de seus produtos desde a data do depósito, independentemente de haver patente concedida, já que o artigo 44 da LPI assegura o direito de indenização pela exploração indevida do produto, "inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente". Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-2.

Processo 0014410-75.2017.4.02.0000

Mercosul e UE selam acordo comercial

MUNDO

Após 20 anos de negociação, pacto vai beneficiar exportações do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A União Europeia (UE) e o Mercosul alcançaram nesta sexta-feira um acordo comercial após 20 anos de negociações, um pacto "histórico", que agora inicia um caminho para adoção que não promete ser simples. "Acordo histórico entre a UE e o Mercosul", para o presidente argentino, Mauricio Macri; "um dos mais importantes acordos comerciais de todos os tempos", para o brasileiro Jair Bolsonaro; "um forte sinal" de apoio ao comércio mundial, para a Comissão Europeia.

Os superlativos se proliferaram após os dois blocos conseguirem concluir negociações iniciadas em 1999, em um contexto de tensão comercial mundial, durante uma cúpula dos líderes das 20 maiores economias mundiais (G20) em Osaka, Japão. A reta final das negociações foi marcada pela pressão dos agricultores europeus, preocupados com a entrada da carne bovina do Mercosul, a quem se somaram de última hora os ambientalistas, preocupados com a política ambiental do Brasil.

O comissário europeu de Agricultura, Phil Hogan, garantiu que os produtos agropecuários do Mercosul contarão com "cotas cuidadosamente geridas para garantir que não haja risco de que nenhum produto inunde o mercado da UE". O acordo permitirá aos quatro países do Mercosul - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - exportar 99 mil toneladas de carne bovina isentas de tarifas por ano à UE, 55% de carne fresca e 45% de congelada, segundo uma fonte próxima às negociações.

Os sul-americanos ainda poderão exportar à UE com tarifa zero suas cotas de carne bovina que já tinham no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) - 14 mil toneladas para o Brasil, 29 mil para a Argentina e 6 mil para o Uruguai -, antes com taxas de 20%. Outro entrave das negociações foram as **denominações** de origem controlada. O Mercosul se

comprometeu a proteger 357 **indicações** geográficas em seus mercados, enquanto a UE protegerá 145 produtos sul-americanos, afirmou. O tratado "cobre temas tanto tarifários quanto de natureza regulatória, como serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual", informa o governo brasileiro.

O impulso final veio dos chanceleres sul-americanos e dos comissários europeus reunidos em Bruxelas desde quarta-feira e confirmou a vontade política de ambos os blocos de fechar o acordo. Desafios internacionais não faltam. Após o acordo, é aberto um período para verificar o texto juridicamente e traduzi-lo para os diferentes idiomas, garantida pelos 28 países da UE e pelos quatro do Mercosul. Em seguida, será validado no Parlamento Europeu. (AFP)

Exportações do Brasil podem chegar a US\$ 10 bi

O acordo fechado entre Mercosul e União Europeia poderá aumentar em US\$ 9,9 bilhões as exportações brasileiras para o bloco europeu, um aumento de 23,6% em dez anos, e terá potencial para gerar 778,4 mil empregos, projeta estudo da CNI (Confederação Nacional da Indústria). De 2012 e 2016, lembra a CNI, as exportações brasileiras para a UE caíram de US\$ 49,1 bilhões para US\$ 33,4 bilhões. Houve recuperação em 2017 e, no ano passado, os embarques somaram US\$ 42,1 bilhões. Desse total, 56% foram de bens industrializados.

De acordo com estudo da CNI, dos 1.101 produtos que o Brasil pode exportar para a União Europeia, 68% possuem tarifas de importação ou cotas. "Esse acordo pode representar o passaporte para o Brasil entrar na liga das grandes economias do comércio internacional", afirmou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. Os produtos nacionais passarão a ter acesso preferencial a 25% do comércio do mundo com isenção ou redução do imposto de importação -

Continuação: Mercosul e UE selam acordo comercial

eles só entram nessas condições em 8% dos mercados internacionais.

O acordo reduz de 17% para 0% as tarifas de importação de produtos brasileiros, como calçados, e aumenta a competitividade de bens industriais em setores como têxtil, químicos, autopeças, madeireiro e aeronáutico. (FolhaPress)

Tarifas zeradas em 10 anos; governo comemora

Mais de 90% das exportações do Mercosul para a União Europeia terão as tarifas zeradas em até dez anos após o acordo fechado nesta sexta-feira entre os dois blocos. De acordo com documento divulgado pelo governo brasileiro com informações sobre o acordo, os outros 10% das exportações terão acesso preferencial com quotas e tarifas reduzidas. O presidente Jair Bolsonaro comemorou o fechamento do acordo. Em mensagem nas redes sociais, ele avaliou o pacto como "histórico" e disse que trará "benefícios

enormes" para a economia brasileira. "Juntos, Mercosul e União Europeia representam um quarto da economia mundial e agora os produtores brasileiros terão acesso a esse enorme mercado", afirmou.

Segundo o governo, antes do acordo, apenas 24% das exportações brasileiras entravam livres de tributo na UE.

As tarifas para produtos industriais brasileiros serão 100% eliminadas, assim como de produtos agrícolas como suco de laranja, frutas (melões, melancias, laranjas, limões, entre outras), café solúvel, peixes crustáceos e óleos vegetais. O acordo tem 22 capítulos e anexos.

O texto do governo brasileiro afirma que os compromissos assumidos vão agilizar e reduzir custos de importação e exportação, com o intercâmbio de documentos eletrônicos.

Migalhas nº 4.632

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Fomentador:

Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE

"Nas lutas entre o valor e o número quem sempre acaba vencendo é o número."

Monteiro Lobato

Balanço positivo

Ao final da sessão plenária de ontem no STF, na qual foram encerrados os trabalhos do primeiro semestre forense, o presidente da Corte, ministro Toffoli, divulgou balanço do período: foram julgados, entre a 1ª e a 2ª turmas, e o plenário, 7.895 processos. "Reafirmo o que tenho dito: desafio a apresentarem uma Suprema Corte, no mundo, que tenha, em um semestre, julgado tantos feitos", disse o presidente. Foram realizadas 63 sessões plenárias, sendo 2 solenes, 40 presenciais e 21 virtuais, com 1.615 processos julgados no plenário; e houve um total de 6.280 processos julgados nas turmas, sendo 1.288 em sessões presenciais e 4.992 processos em sessões virtuais. Divulgados os números, a condução dos trabalhos pelo ministro Toffoli foi elogiada pelo ministro Marco Aurélio: "V. Exa. conduziu os trabalhos do Tribunal com pulso realmente de aço, mas luva de pelica."

Encômios

A adjetivação feita pelo ministro Marco Aurélio é também de todos os atores do meio jurídico que acompanham os trabalhos no Supremo Tribunal Federal. Sem olvidar os temas polêmicos, que tomam muito tempo nas sessões, o semestre judiciário foi de extrema proficuidade, seja jurisdicional, seja institucional. Dito isso, fazemos coro com os panegíricos ao ministro Dias Toffoli.

Recomendação 38/19

Ministro Marco Aurélio suspende os efeitos da inusitada recomendação 38/19, da Corregedoria Nacional de Justiça, que orienta os Tribunais de todo o país a obedecerem a ordens da corregedoria mesmo quando houver decisão judicial em sentido contrário - exceto quando a decisão vier do Supremo.

Prejuízos fiscais

Plenário do STF decidiu que é constitucional a limitação de 30%, para cada ano-base, do direito das empresas de compensar os prejuízos fiscais do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Neste sentido, foi fixada tese para fins de repercussão geral.

Limite territorial - MT x PA

O Supremo iniciou ontem julgamento de ação que trata de disputa territorial entre os Estados de Mato Grosso e do Pará. O MT afirma que houve um erro na divisa porque, em convênio celebrado com o PA em 1900, ficou estabelecido o limite territorial utilizando como marco o "Salto das Sete Quedas", mas, em 1922, os mapas foram atualizados, quando, então, foi levada em consideração a "Cachoeira das Sete Quedas". Feitas as sustentações orais, o julgamento foi suspenso.

Contribuição sindical - Folha de pagamento

Ministro Barroso deferiu liminar ajuizada pela Claro para suspender decisão que havia obrigado a empresa de telefonia a efetuar desconto em folha de pagamento para recolhimento de contribuição sindical de seus empregados. Para o ministro, a decisão casada ofendia julgado do STF, que declarou a constitucionalidade do fim da contribuição sindical obrigatória.

Caducou

A decisão de Barroso vai ao encontro da MP 873/19, que proíbe o desconto da contribuição facultativa ao sindicato na folha salarial com autorização do trabalhador. Falando na referida MP, ela perde sua validade hoje.

Pra gaveta

O corregedor nacional do MP, Orlando Rochadel, determinou o arquivamento de reclamação que apurava suposta violação de dever funcional de procuradores da Lava Jato no caso das mensagens divulgadas pelo site The Intercept. O corregedor afirmou que os diálogos, mesmo que existissem e houvessem sido captados de forma lícita, não caracterizam infração disciplinar.

Construção em lote

O promissário-comprador faz jus à indenização pela acessão em lote, desde que comprovada a regularidade da obra que realizou ou demonstrado que a irregularidade eventualmente encontrada é sanável. Entendimento é da 3ª turma do STJ.

Saúde

Plano de saúde deve reembolsar, nos limites do contrato, despesas do beneficiário em hospital não credenciado, nas hipóteses em que não for possível a utilização dos serviços próprios, contratados ou credenciados pelas operadoras. Decisão é da 3ª turma do STJ.

Legitimidade ativa - Associação

A 2ª seção do STJ julga controvérsia acerca da legitimidade ativa de associação para propor ação civil pública tendo em vista a não apresentação do rol de filiados. Ou seja, se para o ajuizamento de ação coletiva (no caso, defesa de direitos individuais homogêneos) há necessidade de a associação listar,

com a nominata, os beneficiários da demanda. Relator, Salomão distinguuiu, no voto apresentado, a substituição e a representação processual, asseverando que o instituto da substituição para tutela coletiva "mostrou-se oportuno, ajustando o instrumental [dogmática processual] à finalidade [justiça efetiva]". Salomão afastou a tese de repercussão geral do STF que consigna: "As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, é definida pela representação no processo de conhecimento, presente a autorização expressa dos associados e a lista destes juntada à inicial" (RE 573.232). Isso porque crê que o precedente se direcionou exclusivamente às demandas coletivas em que as associações atuam por representação processual e não é caso de substituição. "Na pretensão deduzida na presente demanda, diversamente do julgado do Supremo, a atuação da entidade autora deu-se de forma inequívoca no campo da substituição processual, sendo desnecessária a apresentação nominal do rol de seus filiados para ajuizamento da ação", concluiu. Após o voto, na sessão da última quarta-feira, a ministra Isabel Gallotti pediu vista. (AgInt no REsp 1.325.857)

Caso Yoki

Ministro Jorge Mussi negou provimento a recurso especial e manteve condenação imposta a Elize Matsunaga, condenada pelo assassinato e esquartejamento do marido, o empresário Marcos Kitano Matsunaga. O advogado Luiz Flávio Borges D'Urso, do escritório D'Urso e Borges Advogados Associados, atua no caso como assistente de acusação, representando a família da vítima.

Registro de marca

A 1ª turma do TRF da 3ª região divulgou resultado parcial de julgamento em que reconheceu, a uma empresa de envasamento de água mineral, o direito de utilizar marca mista que reproduz o nome de município onde extrai o produto. Os magistrados determinaram que o **INPI** registre a marca, observando

a ausência de exclusividade do elemento nominativo. O escritório Newton Silveira, Wilson Silveira e Associados - Advogados atua na causa pela companhia.

Recuperação judicial

O desembargador Alexandre Lazzarini, do TJ/SP, deferiu liminar para permitir execuções de bens dados em garantia contra a Atvos, empresa do grupo Odebrecht que está em recuperação judicial.

Conselho de Contribuintes

O MDA - Movimento de Defesa da Advocacia manifestou preocupação com a notícia de que o governador do RJ, Wilson Witzel, extinguirá o Conselho de Contribuintes do Estado. O órgão funciona como uma 2ª instância de julgamento de processos administrativos tributários no RJ. Para a entidade, o fim do órgão fará retroceder avanços sociais e o assoberbará, ainda mais, o Judiciário.

Precatórios

Você ou seu cliente tem um precatório? Gostaria de antecipar o pagamento? Migalhas tem agora um sistema exclusivo para isso. Compramos seu precatório! .

Princípio da insignificância - Código Penal

CCJ da Câmara aprova PL 6.667/06, que prevê a inclusão do princípio da insignificância no Código Penal.

Revelações - Lava Jato

vazamentoslavajato.com.br

Site especial reúne a repercussão sobre os vazamentos.

Cenário

O BC prevê que o PIB deste ano deve ficar em 0,8%, resultado inferior até mesmo do previsto pelo mercado, que estima o crescimento de 0,87% em 2019.

Divórcio

Em artigo, o advogado William Fernandes Chaves, do escritório Chaves Advocacia, enfatiza as questões acerca da guarda dos filhos e da pensão alimentícia em caso de divórcio.

Espaço aéreo à venda!?

No âmbito imobiliário, Gustavo Pires Maia da Silva e Guilherme Scarpellini Rodrigues, do escritório Homero Costa Advogados, abordam o novo Plano Diretor de BH, que institui a cobrança do espaço aéreo para edificações.

"Honra a quem honra"

Em texto reflexivo sobre a responsabilidade civil, Victória Gongra Mathias de Oliveira, da Advocacia Hamilton de Oliveira, destaca: "É preciso repensar como nossa cultura está infectada com a busca por facilidades, e o quanto isso pode ser custoso a longo prazo, afetando não só todo o caráter de um povo, mas o próprio crescimento da nação."

Reforma trabalhista

Com a reforma, a participação dos sindicatos no polo passivo de ações individuais que visam a anulação de cláusula coletiva tornou-se obrigatória. Quem analisa a mudança é a advogada Sheyla Azevedo, do escritório Rocha e Barcellos Advogados.

Reforma trabalhista - II

Advogada Maria Lucia Benhame, do escritório Benhame Sociedade de Advogados, traz para debate a criação de comissões de representantes nas empresas trazida pela nova lei.

Marketing Jurídico

O consultor Alexandre Motta, do Grupo Inrise, é enfático ao falar do grande apoio institucional da Ordem para que o marketing jurídico, dentro dos preceitos e condições do Código de Ética, seja mais reconhecido e trabalhado dentro da advocacia

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

Depois de 1 ano, 2 meses e 18 dias na cadeia, STF volta a negar HC para Lula.

Celso de Mello cita droga em avião da FAB e Moraes ironiza: "obviamente que nunca aconteceria".

STJ fixa critérios para agravo de instrumento contra interlocutória de natureza complexa.

Para juiz do PR "brasileiro tem muito direito e pouca obrigação".

Corregedoria recomenda que Tribunais cumpram ordens mesmo com decisão judicial em sentido diverso.

Direito de ingratidão: Trabalhadora que recebeu imóvel da ex-patroa não receberá horas extras.

WhatsApp Migalhas

Receba notícias direto no seu celular.

para se cadastrar.

Oportunidade

Você já conhece as vantagens de ser um dos Correspondentes Migalhas? Impulsione sua carreira e seja contratado por escritórios e departamentos jurídicos de todo país

Novo Fomentador

Migalhas vem contando com o apoio de institutos, editoras, faculdades, associações e empresas de eventos para trazer sempre vantagens aos leitores. São os Fomentadores do Direito brasileiro. Temos o privilégio de anunciar que Migalhas conta a partir de hoje com a participação de mais um Fomentador do Direito:

Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE

O Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, reconhecida como entidade de assistência social que, por meio de diversos programas, dentre eles o de aprendizagem e o estágio de estudantes, possibilita aos adolescentes e jovens uma formação integral, ingressando-os ao mundo do trabalho. e conheça o novo Fomentador do Migalhas.

Aquisição

O escritório monteiro de castro, setoguti - advogados assessorou a Sedici Empreendimentos e Participações Ltda. na aquisição e conversão de 84.070.255 debêntures de emissão da Liq Participações S.A., detidas pela Andrade Gutierrez Participações. Com a conversão, a Sedici tornou-se a segunda maior acionista da companhia, com 19,5% da totalidade de seu capital. A Liq é uma companhia aberta, com ações negociadas no Novo Mercado.

Arbitragem

BGM - Braz Gama Monteiro apresenta novo sócio: Christian Armando Carbajal Valenzuela, que atuará no departamento de Arbitragem & ADR.

5 lustros

Limongi Sial & Reynaldo Alves Advocacia e Consultoria Jurídica completa 25 anos de história. Ao es-

critório, nossos abraços migalheiros.

Novo sócio

Ivan Antonio Monteiro Marques é o novo sócio do escritório Veirano Advogados. Baseado em SP, Ivan vai fortalecer a prática bancária e de meios de pagamento da banca.

Carta premiada

Toda semana Migalhas presenteia, com um mimo, um migalheiro, autor de uma carta enviada à redação durante os dias anteriores. O leitor premiado hoje é Hélder Gonçalves Dias Rodrigues.

Baú migalheiro

Apoiadores

para conhecer todos os Apoiadores de Migalhas

Sorteio

A obra "Curso básico de Direito Arbitral" (Juruá - 5ª edição - 253p.), de Joaquim de Paiva Muniz, sócio do escritório Trench Rossi Watanabe, procura suprir um nicho específico da bibliografia de **arbitragem**: um manual para ser utilizado por aqueles que ainda estão se acostumando ao mundo arbitral. O exemplar é cortesia do autor. Concorra.

Lançamentos

Será lançado hoje o livro "Fator Caph - Capitalismo Humanista - A Dimensão Econômica dos Direitos Humanos", de Ricardo Sayeg, do escritório HS-LAW, e Wagner Balera. O evento será em SP, na PUC, às 17h30.

Acaba de ser lançada a obra "Agronegócio, Tributação e Questões Internacionais", organizada por Heleno Taveira Torres e Jimir Doniak Junior, e com a coautoria de Fábio Pallaretti Calcini, da banca Brasil

Salomão e Matthes Advocacia. O advogado contribuiu com artigo sobre o processo de transferência nas operações do agronegócio.

A 4ª edição da obra "Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência - Teoria e Prática" (Forense), de autoria do ministro Luis Felipe Salomão e do professor Paulo Penalva, acaba de ser lançada. Desconto especial até o final do mês

Migalhíssimas

Consultor de infraestrutura do escritório Küster Machado - Advogados Associados, Luiz Alberto Küster participa, dia 1º/7, da reunião pública para discutir a concessão do aeroporto de Londrina, em conjunto com a Prefeitura Municipal e representantes da Anac. A participação de Luiz Küster faz parte da iniciativa do escritório e de outras entidades empresariais como o Movimento Pró- Paraná, ACP, IEP, CREA e Fe-transpar, para repensar o modelo de Concessão do Bloco Sul, dos aeroportos regionais. O encontro será realizado às 10h, no auditório de Gestão Pública - Prefeitura de Londrina.

Bruno Guimarães Bianchi, advogado associado pleno da banca BGM - Braz Gama Monteiro, ministra, dia 1º/7, aula no curso de extensão "Tribunais de Contas e Direito Administrativo Sancionador", que está ocorrendo na Escola de Contas do TCMSP. O tema da aula será "LINDB, Direito Sancionador e Tribunais de Contas". A aula será dada em conjunto com advogado Luzardo Faria.

Dia 1º/7, o tema "Desafios da Desburocratização" será debatido na Escola Superior de Advocacia da OAB/RJ. O evento é gratuito e vale horas de atividade complementar.

Daniela Ismael Floriano, sócia do escritório Rayes & Fagundes Advogados Associados, estará em Bruxelas/Bélgica, de 1º a 6/7, para participar de um evento na sede da OMA - Organização Mundial das Alfândegas. O evento reunirá representantes de di-

versos países e os maiores especialistas do mundo para discutirem regras sobre classificação fiscal de mercadorias. Neste encontro anual, serão apresentadas, em primeira mão, todas as tendências e regulamentações do setor para o próximo ano.

O advogado **Luiz** Edgard Montauray Pimenta, presidente da **ABPI** - Associação Brasileira da **Propriedade** Intelectual e sócio do escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados, será palestrante no "China Trademark Festival em Yinchuan", em Ningxia/China. O evento, que abordará o tema "Fortalecendo, Protegendo **Marcas** e Construindo um Novo Caminho de Inovação e Desenvolvimento", conta com a presença de líderes da Administração Nacional da **Propriedade** Intelectual Chinesa, representantes dos governos locais e de Tribunais especializados, organizações internacionais, especialistas renomados nacionais e estrangeiros, bem como membros do CTA. O evento acontece de 5 a 8/7.

No dia 14/8, começa o curso "Compliance para pequenas e médias empresas", coordenado por Camila Gullo, sócia do escritório Ribeiro da Luz Advogados, e Marcella Blok. Promovido pelo Centro de Aprofundamento e Desenvolvimento Pessoal, o curso tem duração de 60h, com aulas presenciais às quartas-feiras, das 18h30 às 21h30.

O escritório Trench Rossi Watanabe realizou ontem, em SP, o evento "Desafios da **Arbitragem** e Online Dispute Resolution", com os sócios Joaquim Muniz, Leticia Ribeiro, Caroline Gonçalves e Luis Borghi. O bate papo contou também com a presença do gerente jurídico Ricardo Dalmaso, do MercadoLivre, que falou sobre sua experiência com o uso da tecnologia para dirimir conflitos na plataforma e evitar a judicialização dos consumidores. Após o evento, aconteceu o lançamento da 5ª edição do livro "Curso Básico de Direito Arbitral", de Joaquim Muniz.

Família e Sucessões

O curso de especialização "Direito de Família e Sucessões", da PUC-SP, propicia ao interessado aperfeiçoamento na área de Família e Sucessões, de forma a lhe proporcionar melhores condições de atuação profissional, seja na advocacia privada, no exercício da magistratura, no MP, nas carreiras ligadas às relações internacionais, na advocacia das organizações não governamentais, na docência.

Código de Ética e Estatuto da OAB

Intelecto Soluções Inteligentes está com inscrições abertas para o "Curso de Resolução de Questões OAB 1ª Fase - Código de Ética e Estatuto da OAB". Não perca.

Controladoria jurídica

Em Curitiba/PR, nos dias 31/7 e 1º/8, das 9 às 17h, a Radar - Gestão para Advogados promove a 38ª edição do "Curso Completo de Controladoria Jurídica", ministrado por Samantha Albini. Nas aulas, todas as rotinas e procedimentos de uma controladoria e como formar o controller jurídico. Vagas limitadas. Inscreva-se.

Economia digital

O programa de pós-graduação lato sensu da FGV Direito SP está com inscrições abertas para o curso de curta duração "Tributação dos Negócios da Economia Digital", que pretende discutir as principais tendências inerentes ao tema. Serão analisados de forma crítica julgados e casos práticos, e também debatidas estratégias e estruturas de planejamento tributário.

Eventos

Confira os cursos promovidos pela Sodepe Brasil em SP: "Aspectos Fiscais e Contábeis das Holdings", dia 4/7; e "INSS na Construção Civil e a Desoneração da Folha de Pagamento", dia 10/7. Concorra às vagas-cortesia.

Aula interativa

Como parte de sua programação acadêmica, o Damásio Educacional promove hoje, em SP, no Teatro Bradesco, até as 17h, o "Dia Damásio", uma revisão completa para a prova da 1ª fase do exame da OAB. O evento também será transmitido online simultaneamente nas unidades Liberdade e Paulista, e reprisado amanhã. As inscrições podem ser feitas nas unidades Damásio ou online.

Liberdade econômica

AASP promove em SP, dia 2/7, o curso "MP da Liberdade Econômica (Medida Provisória nº 881 de 2019)".

Sexta de prêmios

Sorteio de obra: Evandro Sant'Anna Soncim, advogado em Venda Nova do Imigrante/ES, faturou a obra "Regimes Especiais Tributários" (Quartier Latin - 354p.), de Pedro Guilherme Gonçalves De Souza, sócio do escritório SABZ Advogados.

Evento: O premiado com a vaga-cortesia oferecida pela CEO Treinamentos para o curso online "Dissolução societária e apuração de haveres do sócio" é Renato Moraes Bicalho de Lana.

Evento: A vaga-cortesia do workshop "Governança Corporativa e Compliance", que acontece dia 2/7, em SP, promovido pela Almedina Brasil, vai para Sandro Mastrobuono.

Bom fim de semana!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Bolsonaro espera que acordo Mercosul-UE entre em vigor em até 3 anos



© Alan Santos Declaração foi dada depois de o presidente chegar do Japão, onde participou de encontro do G20

é histórico (AFP)

Chacina em Belford Roxo deixa 4 mortos e 13 feridos (Estadão)

Eduardo Bolsonaro pede redução de deputados (Poder360)

"As informações que eu tenho são as melhores possíveis. Entra em vigor daqui a uns dois anos ou três, depende dos parlamentos. Vamos ver se o nosso aqui, talvez seja um dos primeiros a aprovar, espero", disse na chegada no Palácio da Alvorada após viagem ao Japão para o encontro do G20.



© Fornecido por Poder360 Jornalismo e Comunicação S/S LTDA.

O presidente Jair Bolsonaro disse neste domingo (30.jun.2019) que a expectativa é que o acordo de livre comércio entre Mercosul e UE (União Europeia) esteja em vigor em, no máximo, 3 anos. Após aval do Executivo, o texto do tratado será analisado pelo Congresso Nacional.

Veja mais no MSN Brasil:

Apoio a Bolsonaro divide grupos na Avenida Paulista (Veja São Paulo)

Coreia do Norte diz que encontro entre Kim e Trump

O acordo foi firmado na última 6ª feira (28.jun.2019). Se aprovado, eliminará as tarifas de importação para mais de 90% dos produtos comercializados entre os 2 blocos.

Pelos cálculos da equipe econômica, o acordo deve fazer o PIB brasileiro crescer US\$ 87,5 bilhões em 15 anos, com a possibilidade de chegar a US\$ 125 bilhões, caso seja levado em consideração a redução das barreiras não-tarifárias e o aumento, dentro do esperado, na produtividade.

Pelo Twitter, o presidente afirmou que acordo está alinhado com a legislação brasileira e que o Brasil "manteve todas as conquistas da **Lei** da Inovação" referindo-se ao Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Vigente desde 2004, o texto trata dos incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

Ao falar sobre o Congresso, Bolsonaro afirmou que as leis brasileiras são uma amarra e atrasam implementação de alguns projetos. Citou, por exemplo, a proposta de autorizar a instalação de empreendimentos turísticos na Baía de Angra dos Reis (RJ), região parcialmente ocupada pela Estação Eco-

Continuação: Bolsonaro espera que acordo Mercosul-UE entre em vigor em até 3 anos

lógica de Tamoios, criada em 1990.

HQ

"Gostaria muito de começar logo o nosso plano de transformar a Baía de Angra na nossa Cancún brasileira, mas, para revogar um decreto, botaram uma lei que tem que ser outra lei", disse

SD

LO

Vídeo: Merkel: 'É dramático o que está acontecendo no Brasil' (dw.com)

Merkel: 'É dramático o que está acontecendo no Brasil'

dw.com

Clique para expandir

Ver mais vídeos

Repetir vídeo

O que assistir a seguir

A SEGUIR

A SEGUIR

1

Quer receber as principais notícias do MSN Brasil pelo Facebook Messenger?

Cancelar

Inscreva-se agora.

CONFIGURAÇÕES

DESLIGADO

.

HD

Decreto recria Conselho Nacional de Combate à Pirataria - TELETIME News

Por meio de decreto publicado no Diário Oficial da União desta sexta, 28, o governo recriou- com mudanças na composição - o **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual. O decreto nº 9.875 (confira o PDF clicando aqui), assinado pelo vice-presidente Hamilton Mourão e pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, dispõe sobre o colegiado, que tem como objetivo estabelecer diretrizes para a formulação e a proposição de plano nacional de combate à **pirataria**, ao contrabando, à sonegação fiscal e ao crime contra a propriedade intelectual, temas caros ao mercado de TV por assinatura e de telecomunicações. Com a edição do documento, o governo revoga o Decreto nº 5.244, de 14 de outubro de 2004, que criou o conselho original.

No último dia 12, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou por conceder liminar que limitou o decreto 9.759/2019, que por sua vez extinguiu os colegiados. O governo tinha até esta sexta-feira, 28, para editar decretos para manter colegiados, como o do **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria. Vale lembrar que a Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel, vinculada à Advocacia-Geral da União, havia se manifestado no começo do mês sobre as entidades ligadas à agência. Contudo, como a Anatel era apenas convidada a participar desse Conselho, a Procuradoria não emitiu opinião específica.

O Conselho deve ainda elaborar estudos e propor medidas sobre pirataria; efetuar levantamentos estatísticos; apoiar medidas necessárias ao combate à pirataria; incentivar e auxiliar o planejamento de operações especiais e investigativas; propor mecanismos de combate à entrada de produtos ilegais no País; sugerir fiscalizações específicas em portos, aeroportos, postos de fronteira e rodovias; estimular, auxiliar e fomentar o treinamento de agentes público; fomentar ou coordenar campanhas educativas; acompanhar por meio de relatórios a execução das ati-

vidades; e estabelecer mecanismos de diálogo e colaboração com os poderes Legislativo e Judiciário. A entidade poderá ainda requerer a órgãos públicos e federais e solicitar aos estaduais, distritais e municipais o fornecimento de informações e dados estatísticos.

Composição

A composição do **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual mostrou diferenças em relação à versão original. Não há mais representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (na época, Ministério da Ciência e Tecnologia). Além disso, as agências Ancine, Anatel e de Vigilância Sanitária passam a ter direito a escolher representantes com direito à voto.

O Conselho será composto por 18 representantes de órgãos do governo e da sociedade civil. Ele será presidido pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e contará com cinco representantes do Ministério da Justiça: incluindo a própria Senacon: Secretaria Nacional de Segurança Pública; Secretaria de Operações Integradas; Polícias Federal e Rodoviária Federal. Mais dois serão do Ministério da Economia, indicados pela Secretaria Especial da Receita Federal e da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais.

Os ministérios das Relações Exteriores e da Cidadania terão um representante cada. Também terão um membro a Ancine, a Anatel, a **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária e o **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial. Cinco representantes da sociedade civil serão escolhidos pelo ministro da Justiça, após indicação de entidades, organizações ou associações civis "reconhecidas", por meio de chamamento público. Cada membro do conselho terá um suplente.

Continuação: Decreto recria Conselho Nacional de Combate à Pirataria - TELETIME News

O Conselho convidará ainda um representante do Senado e um da Câmara, ambos com direito à voto. A entidade poderá também convidar entidades ou pessoas do setor público ou privado ligados ao tema do combate à pirataria, mas sem direito à voto. A secretaria-executiva do Conselho será exercida pela Senacon, que vai elaborar um relatório anual de atividades.

Reuniões e comissões

O **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual terá reuniões bimestrais e em caráter extraordinário, de acordo com requisição do presidente ou de um terço dos

membros. Vale lembrar que a frequência de reuniões da Câmara IoT é semestral, o que gerou críticas de especialistas.

A entidade poderá instituir ainda comissões especiais para avaliar matérias específicas que demandem aprofundamento de estudos e proposição de ações imediatas. Essas comissões também poderão ser feitas para acompanhar a implantação das ações definidas pelo próprio Conselho. Elas serão formadas por não mais do que cinco membros, terão caráter temporário de até um ano e estão limitadas a cinco simultaneamente.

Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem

4, 6, 14, 18

ABPI

9, 20

Desenho Industrial

10

Patentes

11

Direitos Autorais

12

Propriedade Intelectual

14, 16, 20

Marco regulatório | INPI

14, 16, 20, 29

ABPI | Luiz Edgard Montauray Pimenta

20

Arbitragem e Mediação

20

Inovação

27

Pirataria

29

Marco regulatório | Anvisa

29